

Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
Registro da Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
realizada no dia 1º de março de 2016

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, os membros do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD reuniram-se na sala trezentos e quatro Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília/DF.

Compareceram o Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Secretário Executivo do Conselho, Luiz Guilherme Mendes de Paiva; Leon de Souza Lobo Garcia, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Aloísio Andrade e Sérgio Fernando Raimundo Harfouche, representantes dos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas; Andrea Cristina Fonseca, da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Ângela Maria Carauta Serrano, representante do Meio Artístico; Carlos Alberto Iglesias Salgado, do Conselho Federal de Medicina; Cassius Valentin Baldelli, do Departamento da Polícia Federal; Egon Schlüter, representante do Terceiro Setor; Gabriel Boff Moreira, do Ministério das Relações Exteriores; Gilberto Tragancin, do Ministério da Fazenda; Joaquim da Cunha Neto, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras; José Carlos Magalhães da Silva Moutinho e Renata de Moraes Souza, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Paulo Sérgio Ribeiro, do Ministério da Defesa; Pedro Henrique Marinho Carneiro, do Ministério da Saúde; Rodrigo Moraes Lima Delgado, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Rosimeire Aparecida da Silva, representante do Terceiro Setor; Taniele Cristina Rui, Antropóloga; Vinycius Ferreira dos Santos Sousa, da União Nacional dos Estudantes; e Vladimir de Andrade Stempluk, do Conselho Federal de Psicologia.

Pauta da Reunião:

- Abertura e Assinatura dos Termos de Posse dos Conselheiros Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca – SDH; Andrea Cristina Fonseca – SENASP; Gabriel Boff Moreira – MRE; Cassius Valentin Baldelli – DPF; Vinycius Ferreira dos Santos Sousa – UNE; José Carlos Magalhães da Silva Moutinho – ANVISA/MS; Leon de Souza Lobo Garcia – SENAD

- Discussão e aprovação das atas de reuniões anteriores

- Apresentação: Sylvio Koury (Diretor de Planejamento e Avaliação da Senad): Plano Plurianual 2016-2019 - Programa 2085: "Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social".

- Fórum Interconselhos: integração entre os Conselhos Nacionais

- Apresentação: Dr. Bruno Rasmussen Chaves (UNIFESP): "Práticas terapêuticas associadas à administração da ibogaína no tratamento para dependência química.

- Informe dos grupos de trabalho

- Outros assuntos relevantes

A sessão foi aberta às 10h30.

O Secretário Luiz Guilherme comenta acerca das mudanças ocorridas no Ministério da Justiça com a saída do então Ministro e Presidente do CONAD, José Eduardo Cardozo.

Os Conselheiros apresentaram-se ao Conselho. O Conselheiro Pedro Carneiro prestou homenagem ao ex-Conselheiro Marcus Vinícius Oliveira. Relatou sobre a mudança na Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde e afirmou que o novo coordenador assumirá a titularidade da representação do CONAD. Informou que uma das questões em discussão no Conselho Nacional de Saúde é a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental e vislumbrou oportunidade de o CONAD abrir espaço de discussão no CNS. O Conselheiro Leon Garcia também rendeu homenagem ao ex-Conselheiro Marcus Vinícius e reafirmou o papel do CONAD como espaço de expansão das fronteiras do conhecimento e como espaço de controle democrático das políticas públicas. A Conselheira Rosimeire propôs assinatura pelo CONAD de manifesto para apuração das circunstâncias da morte do Marcus Vinícius. O Secretário Luiz Guilherme sugeriu moção de homenagem ao ex-Conselheiro Marcus Vinícius, que foi acatada pelos Conselheiros.

O Secretário Luiz Guilherme passou então aos pontos da pauta. Em primeiro lugar, sugeriu o encaminhamento das atas para aprovação na reunião seguinte. A sugestão foi aprovada.

Houve a assinatura dos termos de posse dos Conselheiros.

O Conselheiro Gabriel Moreira fez relato das negociações para a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU - UNGASS 2016. A Coordenação de Combate aos Ilícitos Transnacionais – COCIT/MRE transmitiu formalmente as contribuições do CONAD para a Embaixada em Viena, que está à frente das negociações pelo governo brasileiro. Os insumos apresentados são fundamentais para o Itamaraty na medida em que legitimam o trabalho da Chancelaria, de forma que o Conselheiro agradece ao Conselho pelos subsídios. As negociações foram abertas em setembro de 2015 e na última reunião do Conselho ainda não havia o texto-base do documento final. Após uma série de rodadas de negociações em Viena, é possível identificar a estrutura final do texto e não é provável que haja grandes mudanças até a UNGASS. É possível que durante a 59ª CND o texto seja fechado; essa é a vontade da maioria das delegações. Secretário Luiz Guilherme indicou a dificuldade de se chegar a um texto consensual que acomode diferentes visões de mundo. Afirmou que está em vigência Plano de Ação com prazo até 2019, e há pautas importantes a serem discutidas pelo CONAD, como a produção de indicadores. Informou ainda que o Brasil terá a presidência da CND em 2018. O Conselheiro Vladimir fez solicitação para que o CONAD possa acompanhar o processo de negociações da UNGASS, com sugestão de formação de grupo de trabalho. A Conselheira Rosimeire fez comentários acerca da produção de indicadores e sobre a avaliação dos dados de consumo

para além dos impactos sobre os usuários. O Secretário Guilherme indicou que o cenário internacional deve ser ponto de pauta constante do CONAD. Sugere formação de grupo de trabalho competente para processar as informações relativas à agenda internacional.

O Diretor de Planejamento e Avaliação da SENAD, Sylvio Musolino, apresentou o Plano Plurianual 2016-2019. O Conselheiro Rodrigo ressaltou as qualidades do PPA no sentido de que conseguiu agregar diversos atores e produziu programa intersetorial. A Conselheira Taniele indagou sobre a manutenção do Programa Crack, É Possível Vencer. Sylvio respondeu que o programa evoluiu para a agenda estabelecida no PPA. O Secretário Luiz Guilherme acrescentou que a inclusão do Programa Crack no PPA tem por consequência o acompanhamento das metas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de forma que o programa ganha institucionalidade na estrutura do governo. O Conselheiro Carlos Salgado ressaltou três pontos: a) o desafio do objetivo de prevenção ao uso de álcool e outras drogas por crianças; b) a publicidade do álcool deve ser restringida como meio de se atingir o objetivo do PPA, com sugestão de se acabar com a publicidade de álcool; e c) o foco em reinserção social não pode deixar de lado aqueles que têm problemas mas estão inseridos na sociedade. O Conselheiro Egon apoiou a restrição da publicidade do álcool e defendeu a continuidade de contratação e ampliação das vagas de comunidades terapêuticas. O Conselheiro Pedro Carneiro afirmou que a discussão sobre oferta de rede mínima de cuidado deve ser feita com viés regional; sugeriu que PPA tangencie o Pacto Nacional de Redução de Homicídios; e convidou para que os Conselheiros analisassem o documento de orientações para programas de prevenção. O Conselheiro Paulo Sérgio expôs dúvida acerca do combate ao tráfico de drogas no PPA. A Conselheira Rosimeire sugeriu agregar as informações relativas ao PPA ao orçamento. A Conselheira Angela demonstrou felicidade em ver o álcool como ponto de interesse da política e expectativa de ver armamento entrar na pauta das políticas sobre drogas; propôs que fosse feito convite a publicitários para repensar as campanhas de álcool. O Conselheiro Sérgio Harfouche indagou acerca da oportunidade de se discutir o projeto de lei sobre jogos de azar. O Conselheiro Leon afirmou que o PPA é um avanço sobre os instrumentos anteriores e que a prevenção, baseada em princípios éticos e evidências científicas, foi prioridade do plano; que a restrição à publicidade de álcool não cabe no PPA, e que a inclusão da reinserção social no PPA foi feita escolha consciente do governo a partir da constatação da pesquisa FIOCRUZ sobre crack

A sessão foi interrompida às 12h30 para almoço. A sessão foi retomada às 14h20.

O Professor Bruno Rasmussen fez apresentação do estudo sobre tratamento da dependência química por meio da ibogaína. O Conselheiro Aloísio indagou sobre possibilidade de patente da ibogaína. A Conselheira Renata Moraes questionou se a ibogaína já é considerada medicamento no Canadá, de onde o produto é importado; se a pesquisa foi conduzida nos moldes exigidos pela regulação da ANVISA; se existe interesse industrial de algum laboratório sobre a pesquisa; fez considerações acerca do procedimento de importação e classificação da substância. O Conselheiro Vladimir questionou o fato de que algumas clínicas já utilizam a ibogaína e cobram dez mil reais pela dose, com promessa de “cura”. A Conselheira Ângela questiona se é possível plantar a ibogaína no país. O Conselheiro Carlos Salgado fez considerações acerca dos alucinógenos no tratamento da dependência química; questionou acerca do quanto a expectativa de um desfecho positivo para o tratamento influencia nesse mesmo desfecho;

e afirmou que o estudo suscita a vontade de realizar estudos clínicos controlados. A Conselheira Taniele indagou se houve a perspectiva da redução de danos na medida do sucesso do estudo. O Conselheiro Pedro Carneiro indagou sobre o panorama de uso da substância no Brasil, bem como sobre o financiamento de pesquisas pela SENAD. O Professor Bruno respondeu que ibogaína não é patenteável pois é planta, e isso afasta o interesse da indústria farmacêutica; que o frasco com 100 ml custa 2 mil dólares; que o conteúdo do frasco não é inteiramente utilizado. Há notícias de que laboratórios estão com pedido de autorização para importação no Brasil. Sobre a plantação da ibogaína no Brasil, afirmou que é possível, mas a planta leva 20 anos para produzir a substância. Afirmou que é preciso regulamentar a ibogaína no Brasil. Sobre o financiamento da SENAD para a pesquisa, respondeu que aplicou para o edital, mas por um erro formal da parte da Universidade, o projeto não foi aprovado. Sobre o protocolo de redução de danos, afirmou que é possível a utilização de ibogaína. O Conselheiro Aloísio indagou sobre o custo da pesquisa para esse grupo, no que Bruno respondeu 1 milhão de reais. O Conselheiro Leon levantou a necessidade de agenda de pesquisa para tratamento farmacológico e não-farmacológico da dependência química, mas apontou necessidade de cuidado adicional, pois é delicada a questão da mistificação em torno dos tratamentos “milagrosos”.

O Secretário Luiz Guilherme agradeceu ao expositor e chamou à pauta a discussão sobre o Fórum Interconselhos. Apresentaram o tema os Srs. Marcelo Pires e Leonardo Aragão, da Secretaria de Governo da Presidência da República. Abriu sua exposição fazendo homenagem ao ex-Conselheiro Marcus Vinícius e falou sobre a criação da Secretaria e dos Conselhos de participação popular a partir de 2003. Convidou os Conselheiros a participarem da reunião do Fórum Interconselhos. O Sr. Leonardo explicou que serão trabalhadas 12 agendas de monitoramento. O Conselheiro Pedro agradeceu a presença dos expositores e afirmou que a participação do CONAD com outros órgãos é fundamental em razão da transversalidade e complexidade do tema. A Conselheira Rosimeire trouxe a questão da composição do Conselho à discussão. A Conselheira Ângela indagou sobre a definição das agendas de monitoramento e se era possível sugerir agendas. O Conselheiro Vladimir ressaltou a importância da discussão da composição do Conselho e se colocou à disposição para participar da reunião do Fórum Interconselhos. O Conselheiro Aloísio indagou sobre como a Secretaria de Governo pode auxiliar na elaboração da Conferência Nacional de Políticas sobre Drogas. O Conselheiro Vinícius louvou a iniciativa do Fórum Interconselhos e afirmou que a UNE participará em peso do Fórum. A Conselheira Ângela solicitou que a vedação à publicidade de álcool fosse posta em pauta no CONAD, além de se dispor a participar do Interconselhos.

O Secretário Luiz Guilherme trouxe à pauta informe sobre os três grupos de trabalho do CONAD:

- a. Cacto peyote. O Conselheiro Leon informou que o grupo de trabalho ainda não se reuniu, apesar de ter havido comunicação por email. Concluiu-se pela realização de reuniões virtuais e pela inclusão de especialista não integrante do CONAD.
- b. Critérios objetivos. O grupo foi formalizado na semana anterior com a indicação dos representantes do CNPCP.

- c. Composição do CONAD. Não há portaria de designação do grupo, mas é necessário indicar os membros. O Secretário Luiz Guilherme lembrou que em 2013 o CONAD aprovou novo regimento interno, mas a discussão sobre sua composição sempre foi adiada. O Fórum Interconselhos pode ser uma oportunidade interessante de retomar a discussão. Foi sugerida a inclusão da criação do grupo de trabalho na próxima reunião do CONAD.

Foi aprovada nota de homenagem a Marcus Vinícius de Oliveira Silva, ex-Conselheiro do CONAD, nos seguintes termos:

“O Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD, se soma às inúmeras manifestações de luto e pesar pela morte de Marcus Vinicius de Oliveira Silva, psicólogo de formação, professor da UFBA, militante da luta antimanicomial, mas acima de tudo, um inventor de mundos e defesa dos direitos humanos. Sua vida e trajetória foi brutalmente interrompida, fato que reclama das instituições devida e rigorosa apuração, e a responsabilização dos autores. Membro do CONAD, Marcus Vinicius contribui, como o fez em outros fóruns e coletivas, no debate da política de drogas agregando à mesma seu traço singular, sua defesa incansável do direito à vida, e a do respeito à diferença, e sua luta por um mundo onde coíbam todos os mundos.

Marcus Vinicius, presente!”

A reunião foi encerrada às 17h38 e, para constar, eu, Lucas Albuquerque Aguiar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos(as) Conselheiros(as) do CONAD.